Saneamento básico: um direito a ser universalizado

Como a participação da iniciativa privada pode ampliar o caminho para que as metas de distribuição de água tratada e de coleta e tratamento de esgoto para toda a população brasileira sejam atingidas de fato

Mauricio Endo, sócio-líder de Governo da KPMG no Brasil e na América do Sul
Franceli Jodas, sócia-líder de Power & Utilities da KPMG no Brasil

Mauricio Endo

Franceli Jodas

Cerca de 36 milhões de pessoas (17% dos brasileiros), cerca de metade da população da Alemanha, não são abastecidos com água tratada. Outros 101 milhões (48% dos brasileiros), cerca de uma vez e meia a população da França, não contam com serviço de coleta de esgoto no Brasil.

São números que se traduzem em doenças, como a hepatite A, leptospirose (transmitida pela urina do rato), cólera, verminoses e amebíases diversas etc.

O cenário do saneamento no Brasil se torna ainda mais preocupante quando se considera outro problema: a perda na distribuição de água. Em 2018, mais de 38% da água tratada não chegou ao consumidor final, porque foi perdida ao longo do sistema de distribuição depreciado e sem manutenção adequada.

Diz-se que, no Brasil, serviços de infraestrutura "invisíveis", dos quais o saneamento básico é um bom exemplo, não rendem votos. Talvez seja por isso que, em 2017, foram investidos apenas R$ 10,9 bilhões em saneamento, o que representa 0,17% do PIB. Em outros setores, como energia elétrica e telecomunicações (que já são universalizados), foram investidos, no mesmo ano, R$ 25,4 bilhões e R$ 23,6 bilhões, respectivamente, representando 0,54% e 0,36% do PIB. Desde 2011, o investimento em saneamento em relação ao PIB do Brasil está decrescendo (ele chegou a ser quase 0,6% do PIB durante a década de 1970).

Essa redução é um mau negócio em todos os aspectos: além da já mencionada degradação da saúde pública, há consequências econômicas relevantes. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo, uma

Benefícios do saneamento básico

- Redução de despesas com saúde
- Valorização imobiliária
- Renda e emprego gerados pelo investimento
- Renda das operações da cadeia produtiva de água e esgoto
- Maior arrecadação de impostos
- Menor impacto no meio ambiente

injeção de R$ 3,8 bilhões (vindos de um sistema de créditos PIS-COFINS) de investimentos do setor produziria uma adição de R$ 11,9 bilhões no valor da produção do País e geraria 221 mil postos de trabalho.

Metas não cumpridas

Em janeiro de 2007, foi sancionada a Lei n° 11.445 ("Lei de Saneamento Básico"), que instituiu os princípios do saneamento básico no Brasil. Dentre outros pontos, a nova lei estabelecia que cada município brasileiro deveria criar um planejamento básico, prevendo investimentos e financiamento de projetos, e instituía o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que foi publicado somente seis anos depois em 2013.

O PLANSAB estabeleceu metas e diretrizes para universalizar os serviços de distribuição de água tratada e de coleta e tratamento de esgoto. Inicialmente, o Plano previa investimentos de R$ 392 bilhões (valores atualizados em dezembro de 2017) e cerca de 20 anos para dar conta do desafio. Ou seja: o saneamento deveria ser universalizado até 2033. Até 2017, porém, apenas R$ 63 bilhões haviam sido de fato investidos, R$ 98 bilhões a menos do que o previsto entre 2013 e 2018.

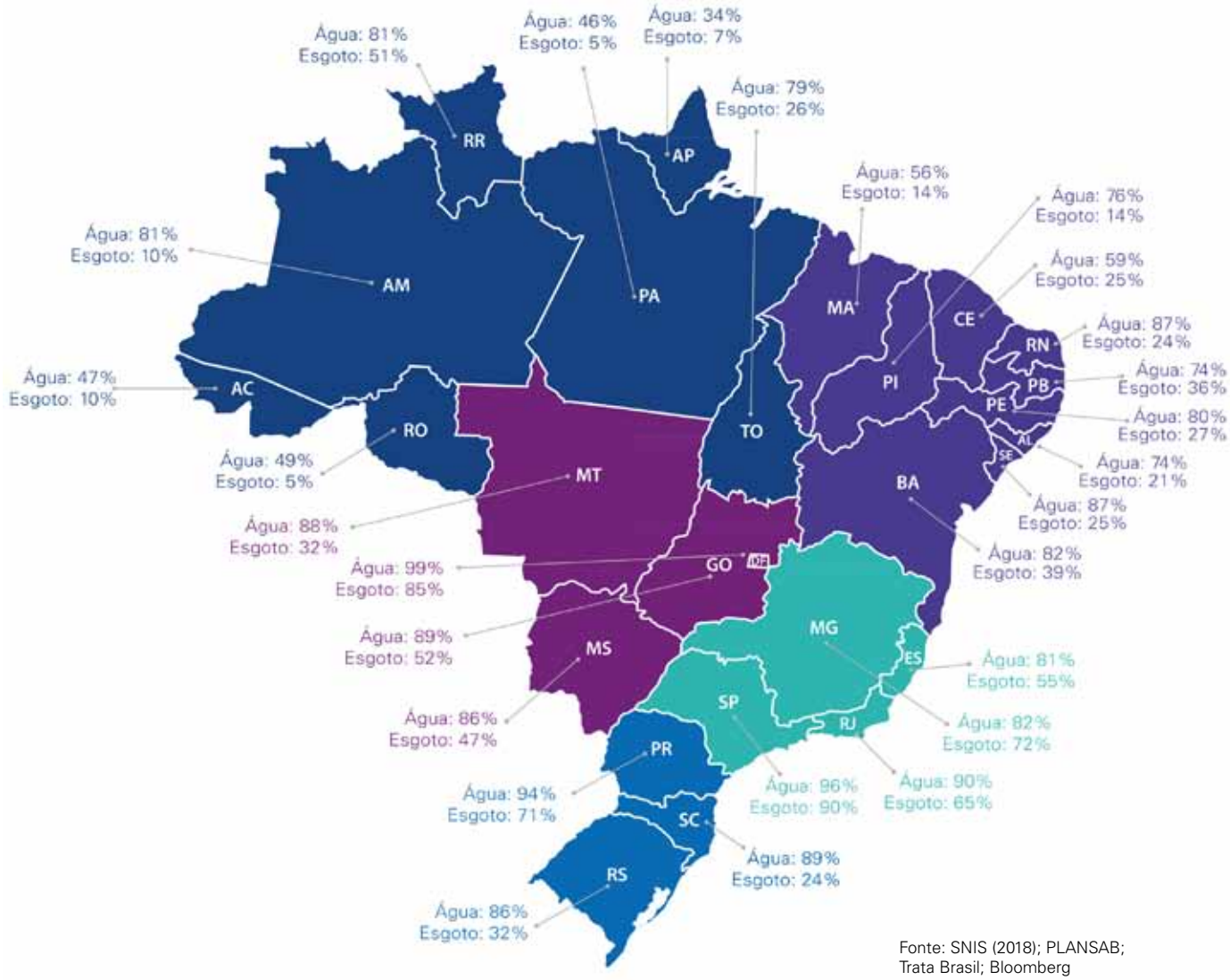
Atualmente, o PLANSAB estima os aportes para universalização em R$ 357 bilhões, com 80% desse montante entre 2023 e 2033.

Caminho a seguir

A Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON) e a KPMG realizaram um estudo para estimar a necessidade de investimentos para universalização do saneamento no Brasil. Para tanto, mapearam o tamanho da rede (extensão) de água e esgoto existente em cada município brasileiro e buscaram entender o comportamento do investimento histórico, bem como a evolução dos níveis de atendimento dos serviços de água e esgoto em todo o País.

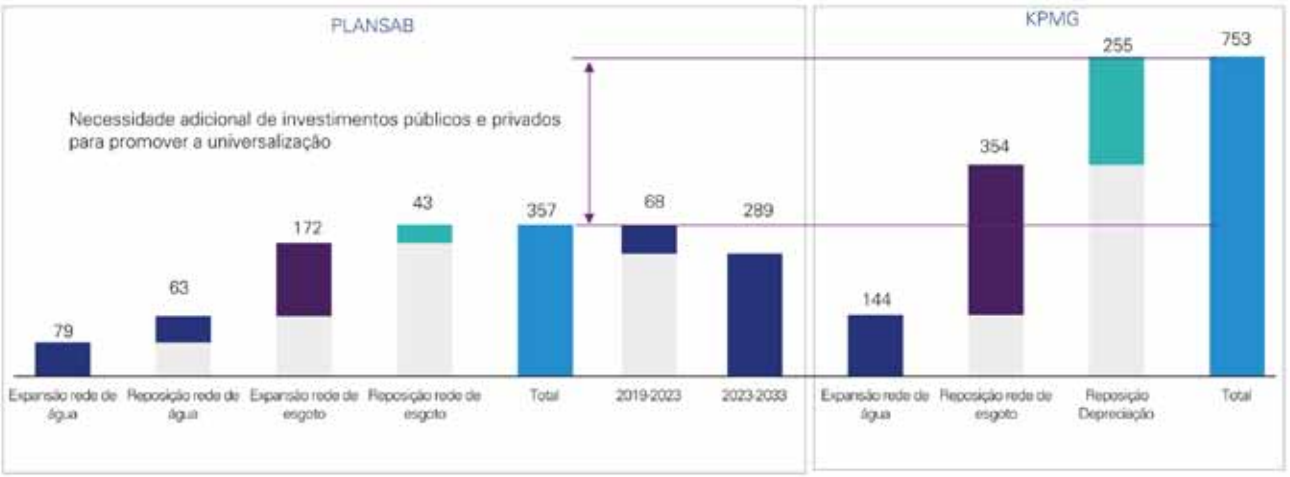
Uma das conclusões do estudo é que, se mantivermos os níveis históricos de investimento, feitos predominantemente com recursos públicos, e se não melhorarmos a produtividade, só alcançaremos a universalização em 2055, levando mais que o dobro do tempo previsto pelas projeções originais do PLANSAB.

Estamos em 2020, e não nos parece razoável demorar 35 anos para cumprir uma meta que já deveria ter sido atingida há muito tempo. Afinal, a saúde, que está intrinsecamente ligada ao saneamento, é um direito básico de todo cidadão. Por isso, ou o Poder Público amplia esses investimentos e empenha-se em fazer com que a relação entre produtividade e capital investido dê uma guinada, ou devemos viabilizar uma maior participação do capital privado neste setor para acelerar o passo de obras essenciais. Hoje, apenas 6% da prestação de serviços em saneamento são realizados pela iniciativa privada. Repensar esse modelo é importante, principalmente quando se constata que, para tornar possível a



Fonte: SNIS (2018); PLANSAB; Trata Brasil; Bloomberg

Comparação PLANSAB x Estudo KPMG (R$ bilhões)



Fonte: PLANSAB; Estudo KPMG e ABCON

Investimentos e externalidades entre 2018 - 2033

R$ 144 bilhões
Água

R$ 354 bilhões
Esgoto

R$ 498 bilhões
Novos investimentos

R$ 753 bilhões*
Investimento Total

R$ 1.217 trilhões
Externalidades

Valores em R$ milhões

Região	Água	Esgoto	Novos investimentos	*Investimento	Externalidades
Norte	13.210	32.375	45.585	53.890	127.983
Nordeste	43.192	92.598	135.790	160.445	259.164
Centro-oeste	12.918	38.744	51.662	63.800	123.521
Sudeste	56.490	119.463	175.952	222.879	498.206
Sul	18.128	70.495	88.623	106.418	208.182
Brasil	143.938	353.675	497.613	607.432	1.217.055

*Estes investimentos não contemplam os montantes referentes à recomposição da depreciação do estoque inicial, que representam aproximadamente R$ 145 bilhões até 2033, que somados com os R$ 607 bilhões totalizam R$ 753 bilhões de investimento total.

universalização dos serviços de água e esgoto até 2033, serão necessários investimentos de R$ 753 bilhões.

O estudo da KPMG e ABCON concluiu que, para a universalização do saneamento até esta data, serão necessários:

- R$ 498 bilhões de novos investimentos para expansão da infraestrutura de saneamento, sendo R$ 144 bilhões em distribuição de água e R$ 354 bilhões em coleta e tratamento de esgoto. Ou seja, R$ 31 bilhões por ano de investimento em saneamento; sendo R$ 9 bilhões/ano para a universalização de serviços de água e R$ 22 bilhões/ano para os serviços de esgoto;
- Além disso, mais R$ 255 bilhões deverão ser investidos para a recomposição da depreciação, dos quais R$ 145 bilhões para a recomposição dos ativos já existentes e R$ 110 bilhões para a recomposição dos novos investimentos a serem realizados;
- Totalizando R$ 753 bilhões de investimento total em saneamento, ou R$ 47 bilhões por ano.

> “Se mantivermos os níveis históricos de investimento e não melhorarmos a produtividade, só alcançaremos a universalização em 2055”

De Norte a Sul

Todas as regiões do Brasil ainda precisam investir bastante na infraestrutura de saneamento para atingir a universalização, mas algumas enfrentam desafios maiores que outras. Atualmente, a Região Sudeste, apresenta os melhores índices de cobertura de água (91%) e de esgoto (79%) e o menor índice de perdas de água (35%) do País. Já a Região Norte, apresenta os piores índices de cobertura de água (55%) e de esgoto (10%) e o maior índice de perda de água (47%) do País.

Apesar do Sudeste já possuir os melhores índices de cobertura é a região que requererá o maior percentual dos investimentos totais necessários para a universalização do saneamento, cerca de 37%, pois as metas estabelecidas pelo PLANSAB para a região são superiores às de outras regiões e possui a maior população.

Em um aparente paradoxo, o Norte, que tem a pior cobertura de saneamento do Brasil, consumirá apenas 9% dos investimentos totais necessários para a universalização do saneamento, com Amazonas e Pará liderando a necessidade de investimentos para atingir a universalização do saneamento. O Acre teria os custos mais baixos para universalização da distribuição de água e Roraima para a universalização dos serviços de esgoto.

O Nordeste é a segunda região do País que mais requererá investimentos, 26% dos investimentos totais necessários para a universalização do saneamento. A Bahia é o estado nordestino com os maiores custos para a universalização dos serviços de esgoto, seguido pelo Ceará. O Sergipe é o que tem os menores custos, representando 4% do total dos investimentos da região.

Graças aos altos níveis de cobertura, sobretudo no Distrito Federal, o Centro-oeste é a região brasileira com o segundo menor valor de investimentos totais necessários para a universalização dos serviços de saneamento, cerca de 11% do total. Hoje, 90% dos moradores do DF têm acesso à água tratada, e 99% têm seu esgoto coletado. Goiás é o estado que mais carece de investimentos na área: cerca de 46% dos investimentos estimados para a região.

A Região Sul ocupa uma posição intermediária na comparação com o restante do País. O estado que mais demanda investimentos para a universalização é o Rio Grande do Sul, e o que menos necessita de recursos é o Paraná, que apresenta os melhores índices de atendimento de água e esgoto. As externalidades totais geradas são quase duas vezes os investimentos para a universalização do saneamento. Por ser a terceira região mais populosa do País, o Sul necessita de mais recursos para universalização de saneamento do que o Norte e o Centro-oeste, cerca de 17% dos investimentos totais para a universalização do saneamento.

Parcerias do setor público com o setor privado

Está claro que a oitava economia do mundo não pode adiar por mais 35 anos a universalização dos serviços de água e esgoto. Quanto maior a demora nessa universalização, mais graves se tornam os problemas de saúde pública, os danos ao meio ambiente e a degradação da qualidade de vida da população.

Ao mesmo tempo, tudo indica que os investimentos necessários suplantam as previsões do PLANSAB e que o Poder Público dificilmente terá fôlego para conduzir esse processo sem uma participação maior da iniciativa privada. É hora de repensar os modelos de investimento público e de voltar a impulsionar as parcerias com o privado. Afinal, o Brasil não pode ser eternamente o país do futuro, e a universalização do saneamento é um direito que não pode mais ser negado aos cidadãos.

O novo marco legal do saneamento básico (PL 4.162/2019), aprovado no Senado Federal no dia 24 de junho, deverá trazer melhorias importantes para viabilizar os investimentos para a universalização do saneamento no País dentro do prazo esperado. Segundo o novo marco, a ANA - Agência Nacional de Águas deverá definir padrões nacionais de qualidade e eficiência na prestação de serviços e regular as tarifas cobradas do consumidor a nível nacional, reduzindo significativamente o custo e o risco regulatório no setor. Além disso, deverá abrir o mercado de saneamento brasileiro para o investimento do setor privado, seja pela abertura da competição entre os prestadores de serviço de saneamento públicos e privados para a renovação dos contratos de concessão dos serviços de saneamento com os municípios, aquisição de participação do privado em empresas estaduais e municipais de saneamento e/ou investimento do privado em contratos de PPP (Parcerias Público-Privadas) de serviços de saneamento de água e/ou de esgoto. Tais alterações, dentre outras que o novo marco estabelece, trarão maior segurança institucional e regulatória para o setor e deverão atrair um grande volume de capital privado nacional e internacional para o setor, permitindo a universalização desse serviço essencial e gerando centenas de milhares de novos postos de trabalho, anualmente, para a população brasileira. ▪

Norte

Investimentos e externalidades entre total 2018 - 2033 (R$ milhões)

Estado	Água	Esgoto	Novos investimentos	Investimento	Externalidades
RR	531	1.111	1.642	1.941	4.051
RO	1.482	4.394	5.875	6.946	13.912
AM	2.917	7.552	10.469	12.376	28.690
AC	350	1.367	1.717	2.030	5.448
TO	1.327	4.718	6.045	7.147	9.635
PA	5.938	11.876	17.814	21.060	59.270
AP	665	1.356	2.022	2.390	6.976

Nordeste

Investimentos e externalidades entre total 2018 - 2033 (R$ milhões)

Estado	Água	Esgoto	Novos investimentos	Investimento	Externalidades
BA	7.639	21.246	28.885	34.080	59.366
SE	625	3.611	4.236	5.027	10.778
AL	1.993	5.523	7.516	8.840	15.792
PE	4.269	10.974	15.243	18.012	45.430
PB	5.977	7.579	13.556	16.021	15.051
RN	3.008	6.326	9.334	11.109	18.848
CE	8.072	15.365	23.437	27.630	40.734
MA	6.391	12.650	19.041	22.441	39.144
PI	5.217	9.323	14.541	17.285	14.018

Cento-Oeste

Investimentos e externalidades entre total 2018 - 2033 (R$ milhões)

Estado	Água	Esgoto	Novos investimentos	Investimento	Externalidades
MS	1.338	6.584	7.922	9.828	21.635
GO	5.809	18.194	24.003	29.656	51.571
MT	4.942	12.073	17.015	20.965	27.330
DF	829	1.893	2.722	3.351	22.986

Sudeste

Investimentos e externalidades entre total 2018 - 2033 (R$ milhões)

Estado	Água	Esgoto	Novos investimentos	Investimento	Externalidades
SP	23.917	45.719	69.637	88.088	291.421
MG	13.790	32.788	46.579	59.091	94.003
RJ	16.870	33.259	50.129	63.438	93.757
ES	1.913	7.696	9.609	12.262	19.026

Sul

Investimentos e externalidades entre total 2018 - 2033 (R$ milhões)

Estado	Água	Esgoto	Novos investimentos	Investimento	Externalidades
SC	6.222	24.208	30.430	36.540	66.189
RS	9.432	35.423	44.855	53.878	66.208
PR	2.474	10.865	13.339	16.000	75.786